



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2016

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: José Carlos de Oliveira Duque (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 40 minutos.

PRESENCAS: Gina Rosa Correia Cardoso (PS), José Luís Gaspar Ramos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, em substituição de Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Augusto Almeida Leitão, em substituição de Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Ana Paula Correia Martins, Tesoureira da Junta de Freguesia de Bordonhos, em substituição do seu Presidente (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres, em substituição do seu Presidente (PS), Luís Alberto Guimarães Rocha, Secretário da Junta de Freguesia de Pinho, em substituição do seu Presidente (PS), Álvaro José Almeida Jesus, Secretário da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, em substituição do seu Presidente (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes, em substituição do seu Presidente (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo e Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

FALTAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) e Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD).



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação das atas de 30-09-2016 e 07-11-2016.
2. Período de Intervenção do Público.
3. Assuntos da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Proposta de extinção da Subunidade Orgânica "Núcleo de Gestão de Stocks";
 - 3.2 - Contratação de Empréstimo a Curto Prazo no ano de 2017, no valor de 550 mil euros;
 - 3.3 - Lançamento de Derrama a Cobrar em 2017;
 - 3.4 - Apreciação e Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões, no tocante à Autoridade de Transporte dos Serviços Públicos de Passageiros Municipais;
 - 3.5 - Relatório de Acompanhamento do PAEL respeitante ao 3º Trimestre de 2016;
 - 3.6 - Alteração ao Regulamento da Universidade Sénior;
 - 3.7 - Pedido de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na Regularização da Atividade da Indústria de Transformação de Inertes.

Verificada a existência de quórum, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a presente sessão, procedendo à análise do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos:

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 30-09-2016 E 07-11-2016:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as atas das sessões referidas em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto das mesmas haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Nota: Os Deputados Municipais que estiveram ausentes nas sessões em causa não intervieram neste ponto.-----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer intervenção.

3. ORDEM DO DIA:

3.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA SUBUNIDADE ORGÂNICA “NÚCLEO DE GESTÃO DE STOCKS””:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Informou que, em virtude do Coordenador da Secção em causa se ter reformado, seria uma oportunidade de reformular os respetivos serviços, que estavam afetos à Divisão Financeira, afetando-os à Divisão de Obras Municipais. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ANO DE 2017, NO VALOR DE 550 MIL EUROS”:**-----

Presidente da Câmara Municipal: Informou que a situação financeira do município está a melhorar, pois quando este executivo iniciou em 2013, tinham empréstimos a curto prazo a rondar os 800/850 mil euros e que, progressivamente, têm vindo a baixar, tendo atualmente valores bastante inferiores em relação àqueles que herdaram. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Interveio dizendo estar correto aquilo que o Presidente da Câmara Municipal disse, que a dívida está progressivamente a baixar, mas que não poderia ser de outra forma face ao desenvolvimento das obras realizadas, perguntando que grandes investimentos foram feitos no Concelho. Referiu ainda que, como acontece todos os anos, a contração do empréstimo a curto prazo é para suprir todas as despesas no final do ano. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, aconselhou o Deputado a visitar o concelho para ver as obras que estão em realização, aproveitando para lhe oferecer o Boletim Municipal para que este possa ver e constatar as mesmas. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Interveio, respondendo que o Boletim Municipal é um catálogo de promessas e intenções, que o que quer efetivamente ver são obras inauguradas a sério e quando isso acontecer, estará cá para lhe dar os parabéns. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR EM 2017”:-----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Informou que a bancada do PSD irá votar contra a derrama, por entender que são mais impostos, e este é mais um, para os munícipes. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Contrariando as palavras do Deputado Lopes Ribeiro, apresentou a seguinte intervenção: “Porquê a cobrança de derrama? Há muitos, muitos anos, que o município de S. Pedro do Sul usa, por diversas razões, o expediente da “derrama” para proceder ao encaixe de algumas dezenas de milhares de euros e com eles compor o orçamento; 1. Sabemos que apenas são atingidas por esta taxa municipal menos de dez empresas, infelizmente demasiado poucas para a desejada grandeza do nosso concelho; 2. Significa isto que o tecido empresarial concelhio é pobre e assenta em micro e pequenas empresas, pelo que estas ficam de fora da abrangência da taxa referida; 3. Melhor fora que a pirâmide empresarial estivesse mais equilibrada e a sede fiscal de todas estivesse em S. Pedro do Sul; 4. E se assim fosse, maiores seriam certamente as receitas do município, não havendo necessidade de derramas e de penalização dos empresários; 5. Infelizmente, a nossa realidade é a que sabemos; 6. Muito nos espanta, pois, que os vereadores do PSD, na Câmara Municipal, tenham votado contra, e agora também a bancada do PSD, a proposta de derrama para 2017, à taxa única de 1,5%, sobre os lucros a obter naquele ano pelas maiores empresas; 7. E espanta-nos, porque os que agora estão contra são os mesmos que no tempo recente da sua gestão propuseram e aprovaram a mesma derrama e à mesma taxa; 8. Justificam-se agora dizendo que o concelho está “a definhar em termos empresariais”, que “as empresas residentes não melhoram o seu volume de negócios”, nem têm condições para aumentar o número de postos de trabalho; 9. Fracos e contraditórios argumentos, quando se sabe que a derrama tem vindo a aumentar, não por serem mais as empresas abrangidas, mas porque têm faturado mais e obtido mais lucros; 10. Mais adiantam que a derrama agrava “os lucros das empresas”, podendo

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

contribuir para o desinvestimento das mesma; 11. Outro argumento fraco e contraditório. Todos sabemos que ao ser aplicada uma taxa sobre um lucro, esse lucro passa a ser menor. Foi por isso que o PSD aplicou a derrama nos seus mandatos? 12. O facto e a verdade é que o PS assume a taxa, mesmo em ano de eleições, ao contrário do PSD, por necessidade, até pelo PAEL que os senhores criaram, para continuar a por as contas municipais em ordem e sem hipotecar o desenvolvimento do concelho; 13. O facto e a verdade, é que S. Pedro do Sul, com a gestão socialista, acabou de inaugurar a 1.^a Incubadora de Empresas, onde várias já se instalaram, de forma a potenciá-las, cumprindo mais uma promessa eleitoral; 14. O facto e a verdade, é que, perante o Exmo. Secretário de Estado da Indústria, no passado dia 19, houve a assunção pública de três potenciais investidores no nosso concelho, para 2017, sem temores de derramas; E vem o PSD falar em definhamento empresarial? Melhor fará se, como o PS está a fazer, tiver uma atitude positiva e pró-ativa, e não uma atitude alarmista e derrotista”. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Elogiou a forma e a rapidez como o Deputado Ferreira Gomes redigiu à sua intervenção, e por ter adivinhado que a bancada do PSD iria votar contra. Disse que também se revêem no conteúdo dessa intervenção, que o que interessa para o Concelho de S. Pedro do Sul é o desenvolvimento, e que o PSD tem noção que votou contra. Disse ainda que quando votou a favor no passado foi pelo interesse no desenvolvimento do Concelho, não por demagogia ou ato pró-eleitoral, que o que querem acima de tudo é que isto se traduza no investimento, se traduza na mais-valia e se traduza no desenvolvimento do concelho. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Relativamente à intervenção do Dr. Ferreira Gomes, disse parecer que existe fuga de informação na bancada do PSD, que transmitiu que iriam votar contra. Referiu ainda que o Deputado Lopes Ribeiro fez uma declaração grave e mentirosa quando falou que existe aumento de impostos, porque não existe qualquer aumento de impostos comparando com os anos anteriores. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em resposta, referiu que não tem intervenções mentirosas, nem é mentiroso, e se disse que há aumento de impostos referia-se concretamente a mais uma sobrecarga para o contribuinte e para aquele que efetivamente produz em S. Pedro do Sul, pois vai-se aplicar a taxa máxima da derrama, que é 1,5%, e se porventura a baixassem para 1,4% ou 1,3%, talvez amenizasse o encargo para quem efetivamente tem que pagar, que são as empresas, o tecido empresarial, e nessas circunstâncias possivelmente votassem a favor. Referiu não saber se é taxa ou se é imposto, mas que não admitia que o continuassem a chamar de mentiroso. Presidente da Assembleia Municipal: Usou da palavra dizendo que o Deputado Lopes Ribeiro tinha realmente dito “aumento de impostos”, quando não há aumento de impostos, e que ao dizer “está na taxa máxima” já é outra coisa. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu o seguinte: “se tivéssemos uma taxa de 1% e passássemos para 1,5%, estaríamos perante uma situação de um aumento de impostos; como estamos a manter aquilo que vem desde a Câmara de António Carlos Figueiredo e que os senhores sempre votaram a favor, e só porque agora somos nós que estamos na Câmara, o Senhor vota contra e tem a lata de vir dizer que é aumento de impostos, acha que está a ser correto? Estamos a manter aquilo que vem do vosso tempo e que eu na altura também votei contra. Não se esqueçam que os senhores aderiram ao PAEL e daquilo que assumiram com o PAEL - e que nós estamos a respeitar - e que os Senhores agora lavam as mãos, e ainda assim induzem em erro os Sampedrenses ao dizer que estamos a aumentar os impostos, quando é falso. Por isso é que eu o chamei de mentiroso, porque o Senhor continua a dizer que há aumento de impostos. Aumenta a receita, que é diferente, porque os resultados das

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

empresas estão melhores: a receita da derrama em 2014 foi de 67 mil euros, em 2015 foi de 99 mil euros e em 2016 foi de 116 mil euros; sem aumentar a taxa, a receita aumentou em função dos melhores resultados das empresas; agora não há aumento de impostos, mas sim aumenta a receita por força dos resultados das empresas”. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relembrou o Partido Socialista que, no tempo em que estava na oposição, também votava contra a derrama para estes valores, e que tiveram que aderir ao PAEL para fazer face às dívidas que tinham e que o atual executivo está efetivamente a cumprir aquilo que está estabelecido. Referiu que a exposição que o Deputado Ferreira Gomes trouxe, e que agradece, foi extremamente elucidativa e diz tudo: “Um concelho como o de S. Pedro do Sul tem 10 empresas que estão a ser taxadas. Efetivamente poderia ter mais se efetivamente fossemos chamativos relativamente aos impostos. Portanto, em vez de 1,5%, que é o máximo, poderíamos votar aqui uma redução dessa taxa, atendendo a que as receitas dessas empresas felizmente também foram superiores. Ponho à consideração superior revermos esse valor para beneficiarmos essas empresas ou outras que se queiram instalar no concelho de S. Pedro do Sul, porque as empresas para se instalarem num município interessam-lhes as mais-valias que esse município lhes consegue transmitir”. Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce Carlos Manuel Duarte Laranjeira (PS): Disse ficar triste ao ouvir estas observações todas de pessoas que estão aqui há 20 anos, tanto de uma bancada como da outra, referindo que a culpa é toda nossa, que não trabalhamos para de facto de termos empresas no Concelho, porque não arranjam condições nem propostas para trazer empresas para o Concelho, para desenvolver a nossa região, sugerindo que se unam e se juntem forças por S. Pedro de Sul para que se possam trazer mais empresas para o Concelho. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Subscrive em pleno as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, referindo que todos comungam do mesmo objetivo, dizendo o seguinte: “Eu fiz parte do executivo que também aplicou derrama, e não tenho problema nenhum de consciência de assumir que na altura votava a favor da derrama. Fiz parte de mandatos nesta Assembleia quando o executivo era liderado pelo PSD, e não tenho problemas nenhuns de consciência em assumir aqui que na altura votei contra a derrama, e agora voto a favor da derrama. Agora as realidades não são sempre as mesmas: nós agora temos um PAEL que nunca existiu em S. Pedro do Sul e que nos limita a todos, particularmente ao executivo municipal que está condicionado por isso, que está obrigado a reduzir na despesa, que está obrigado a arranjar receita para compor o ramo orçamental, e certamente que o PSD terá as suas razões para ter aplicado a derrama nos mandatos em que esteve no poder executivo. Mas também é verdade que na altura lembramos que os orçamentos eram extraordinariamente empolados e irrealistas, porque as respetivas taxas de execução acabavam por ser extraordinariamente baixas, não geravam confiança, e ao não gerarem confiança qual era a confiança que a bancada do PS poderia ter para aprovar derramas? Contudo a Eng.^a Mónica disse que poderíamos ter mais empresas se fossem menos taxadas, admito que sim, mas também convém dizer-se aqui que estas taxas não incidem sobre todas as empresas: são meia dúzia aquelas que têm lucros acima de determinado montante, que não é pequeno, e há outras que faturam que se fartam, mas que hoje a sede não está cá, e até há uma cuja sede nem está em Portugal, está na Holanda, e aquilo que nós pagamos vai para a Holanda, não fica em Portugal. Isto só para dizer o seguinte: há que trabalhar na captação de investimentos e eu acho que a nossa Câmara está no caminho correto. Houve tempos em que neste concelho só se pensava nas Termas: Termas é que é bom, Termas é que dá lucro, Termas

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

são para preservar. Questões ambientais, indústria, nem pensar; indústria polui, estraga, afugenta, afasta os aquistas. Vias rápidas em S. Pedro do Sul jamais, porque as vias rápidas são para esvaziar S. Pedro. E agora temos aqui o resultado disto tudo: investir só nas Termas, esqueçam a indústria, “pariu-se” um Parque Industrial, na minha ótica, extraordinariamente mal localizado, e porquê? Não é pelo sítio, é pela falta de acessos, de acessibilidades, porque, e voltando à questão das vias, o que leva também pode trazer: uma via rápida, uma autoestrada leva e é bom que leve, nomeadamente o que é produzido internamente, e é bom que leve para entrar o dinheiro, mas pode trazer muito. Agora é preciso saber trazer, e infelizmente nunca tivemos, a nível local e regional, entidades, poderes e influências que conseguissem pôr um IP5 ou uma A25 no nosso território, quando nós sabemos que o IP5, primeiramente, e a A25, posteriormente, foram construídas numa estrada que nos atravessa, que é a EN16, e aí ficamos a perder. Eu acho que a Câmara Municipal está a andar muitíssimo bem ao promover o novo Pólo Industrial na área de Pindelo, que o PDM já prevê e que há muitos anos que estava incluído, mas que foi várias vezes negado aqui nesta sala. O Parque Industrial em Pindelo dos Milagres, colado à A24, acho que é a melhor medida que se pode tomar em favor da atracção de investimento para o nosso Concelho. Depois a incubadora, que é um ponto de partida para investimento de novas empresas e para a potenciação de algumas que já existem, aparecimento de novas e potenciação de outras”. Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD): Em resposta, disse que agora eles estão contra a derrama, mas que no passado, quando o Deputado Ferreira Gomas tinha responsabilidade na Câmara Municipal, os deputados da bancada do PS estiveram a favor da derrama e não tinha nada a ver com o PAEL, pois não havia PAEL na altura. Referiu estar em perfeita sintonia com o Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, que todos têm é que discutir aqui melhores formas para trazer investidores para o Concelho, apostando mais nas pequenas e médias empresas. Terminou dizendo que “isto é que é política, isto é que dá o sal à política, e quem gosta de política gosta destas discussões”. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu o seguinte: “O Deputado Ferreira Gomes falou que havia muitas empresas que estavam deslocalizadas, ou que não tinham a sua sede social em S. Pedro do Sul, e que por esse facto nós sairíamos prejudicados. Eu tenho aqui um apanhado, que gostava que me explicassem, que diz o seguinte: quando o sujeito passivo possui estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletada superior a 50 mil euros, o lucro imputável à circunscrição de cada município é determinada por proporção entre a massa salarial correspondente ao estabelecimento. Eu deduzo que uma empresa que não tem a sua sede social em S. Pedro do Sul, face ao que eu tenho aqui, não é possível fazer este cálculo que aqui está: ir buscar a essas empresas o correspondente ou a proporção em função da massa salarial que trabalha lá ou trabalha aqui, para que isso reverta a favor da taxa dos tais 1,5%, e nessas circunstâncias, se em vez de 1,5% baixassem para 1,4% ou 1,3%, se calhar daria ela por ela, e portanto só ficava a ganhar o município e as empresas, que poderiam trazer muito mais-valias para o Concelho”. Presidente da Câmara Municipal: Perguntou à Deputada Mónica Almeida quais são e onde foi buscar as 10 empresas, referindo o seguinte: “Neste momento pode ser nenhuma, como uma, como 10, como 20, como 30, e eu vou-lhe dizer porquê: é que esta taxa de derrama é para o ano de 2017, para ser aplicada com referência aos lucros de 2016, o que significa que estamos em dezembro e ainda não sabemos quais são as empresas no Concelho de S. Pedro do Sul que possam vir a dar lucro. Segundo ponto: mal está o PSD de S. Pedro do Sul, quando hoje vem aqui dizer que vai votar contra a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

derrama, e porquê? Sabe-se que ao longo de mandatos anteriores do executivo do PSD esta bancada sempre votou a favor; em 2013, quando este novo executivo entrou em funções, fomos apanhados com uma coisa que se chama PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), que vinha com a finalidade de o Estado financiar, atribuir participações, para que efetivamente o município pudesse pagar muitas das dívidas que tinha para pagar; então o Município de S. Pedro do Sul aderiu a esse mesmo PAEL, andou a pagar dívidas, e deixou-nos este legado, que é de termos determinadas receitas para podermos ir acudir ao pagamento desses montantes que estavam em dívida. Agora os Srs. Deputados Municipais, pela voz do Eng.º Lopes Ribeiro, dizem que vão votar contra, e então eu agora pergunto-lhe: como é que nós podemos cumprir o PAEL que vocês nos impingiram? Vamos já aumentar os preços da água? Vamos aumentar as taxas de saneamento? Vamos aumentar as outras taxas? Depois vem o Sr. Eng.º Lopes Ribeiro dizer “porque é que vocês, em vez de 1,5%, podiam baixar para 1,4%?”. Para o ano vai haver eleições, se nós agora baixássemos para 1,4% ou para 1,3%, diziam que era uma medida eleitoralista! Como é que os Srs. Presidentes de Junta me podem vir bater à porta a pedir obras se realmente querem, pela voz do Eng.º Lopes Ribeiro, que a gente cada vez tenha menos receita? Como é que se faz obra? Quero lembrar que o Concelho de S. Pedro do Sul é só o segundo pior a nível de saneamento; nós temos 32% de saneamento, como é que nós conseguimos fazer obra se não tivermos rendimentos? É preciso que todos ponham a mão na consciência e vejam que efetivamente há necessidade de verbas, e nós não estamos a aumentar os impostos, como disse o Sr. Eng.º Lopes Ribeiro; os impostos aumentavam se realmente no ano passado fosse 1,5% e este ano passássemos para 1,6%; como a situação se mantém, isto irá ser só para meia dúzia de empresas, se forem, porque como disse ainda não sabemos neste momento quantas poderão ser, isto não entra diretamente no bolso de qualquer contribuinte, pode entrar no bolso de algumas empresas, e estamos a falar de empresas que estão instaladas em 2016. Infelizmente não temos nenhuma empresa que se vá já instalar para o ano, ou ainda este ano, para ser taxada para o ano que vem, ou seja, qualquer empresa, para ser taxada para o ano que vem com esta derrama, tinha que se instalar até ao final deste ano, e não é previsível que do dia 23 ao dia 31 uma empresa se venha instalar em S. Pedro do Sul”. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Em resposta, afirmou que a sua intervenção foi baseada na intervenção prestada pelo Deputado Ferreira Gomes, fazendo novamente a pergunta ao Presidente da Câmara, à qual ainda não obteve resposta: “Pode ou não reduzir essa taxa e votarmos essa taxa, este ano, com um valor inferior, possível ou não em termos financeiros?” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Interveio dizendo que não aceita que, antes do dia da Assembleia, tenha surgido na praça pública uma tentativa de informação distorcida de que a Câmara estaria a aumentar os impostos por via da derrama, quando é falso. Relativamente ao PAEL, cujo pagamento foi celebrado por 14 anos, disse que, para o próximo ano, talvez consigam pagar antecipadamente a totalidade do mesmo, e aí já poderão encarar as reduções de outra forma. Disse ainda que “muita desta receita é investida para canalizar investimento para o Concelho. Por exemplo, nós investimos mais de 50 mil euros no Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres; já compramos todos os terrenos que já são da Câmara Municipal; nós estamos a investir, não estamos a ficar com o dinheiro ou a acumular dívidas, como era no passado. Há efetivamente empresas que se querem instalar no Município de S. Pedro do Sul, estão em negociações connosco e nenhuma delas, até hoje, nos perguntou quanto é que era a derrama, perguntam-nos sim das acessibilidades, do acesso à autoestrada, em

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

arranjar pessoal qualificado para as áreas que nos pedem, essa é que é a maior dificuldade”. Depois e respondendo ao Deputado Lopes Ribeiro, disse o seguinte: “As eólicas e as empresas ligadas às hídricas nunca pagaram derrama em S. Pedro do Sul, porquê? Porque quando aceitaram os investimentos deles cá, nunca meteram como condição essencial que a sede fosse em S. Pedro do Sul, que é um erro. Eles ganham dinheiro em S. Pedro do Sul, pagam os impostos em Lisboa, em Esposende, em Coimbra, e isso já alteramos, para o ano já vão pagar derrama em S. Pedro do Sul. Por isso é que a derrama para o ano vai disparar, e por isso é que eu quero manter esta taxa, porque para o ano essas empresas vão pagar derrama em S. Pedro do Sul, porque é cá que estão a ganhar o dinheiro, e isto era um erro que vinha do passado”.

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Perguntou quanto é que representa a derrama em termos de receita para a autarquia? Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que esta taxa de derrama é para o ano de 2017 e vai ser aplicada aos rendimentos de 2016, e que não sabem quais vão ser os lucros das empresas durante o ano de 2016.

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Perguntou, fazendo a comparação relativamente ao ano anterior, quanto é que isso representou, ou representará, em termos de receita para a grande obra que o executivo tanto vende e têm vendido, tendo o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço respondido que o valor é de 116 mil euros.

Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Interveio dizendo que não aceita estarem a ouvir constantemente “chantagens” para que os Presidentes de Junta votem a favor do que é que seja por causa da receita, que não vem aqui pedir receita para limpar as ruas, que não vê grande parte das obras que pede para a sua freguesia serem feitas por causa da mais ou menos receita que a Câmara recebe. Disse ainda não concordar quando se diz que os Presidentes de Junta representam partidos políticos; que os Presidentes de Junta representam sim as freguesias, representam a população que confiou neles, é por isso que foram eleitos e que votam de acordo com a sua consciência, pois estamos em democracia e temos que nos aceitar uns aos outros.

Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD): Perguntou ao Vereador Pedro Mouro como é que ele obriga, por exemplo, a “Endesa”, que é uma empresa espanhola que tem umas eólicas em S. Pedro do Sul, a trazer a sua sede social para S. Pedro do Sul, quando elas têm parques no país inteiro? Em resposta, o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço disse que, não obstante a sede não ser cá e continuar a ser noutros concelhos, e provando-se que o recurso natural esteja no território e solicitado pelo município, que foi aquilo que já fizeram este ano, a derrama tem que ser paga cá, e que até o próprio Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República tem feito muita pressão para aquilo que o Deputado Lopes Ribeiro leu aqui.

Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD): Disse aceitar a explicação, que estão a ser legislados na Assembleia da República, mas o que já não aceita é imputar à anterior Câmara o facto de não ter feito esse trabalho, que é do legislador que está na Assembleia da República.

Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **18 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Luís Alberto Guimarães Rocha, Secretário da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **9 votos contra** dos Deputados Municipais José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) e **5 abstenções** dos Deputados Municipais José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) e José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO-LAFÕES, NO TOCANTE À AUTORIDADE DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS”:-----

Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Fez a seguinte intervenção: “Eu venho aqui porque, além de ser também eleito local, também fui eleito intermunicipal e este assunto já passou na Assembleia Intermunicipal da Viseu Dão Lafões, e considero que de facto esta alteração legislativa é muito importante para os municípios. No entanto, eu já li por alto o regulamento e este assunto, e recordei que já em tempos foi falado aqui que as Termas de S. Pedro do Sul e a Vila em particular, estavam muito mal servidos de transportes públicos, e a legislação que havia dizia que havia concessões a empresas de transportes públicos e, como tal, a Câmara não tinha qualquer autoridade para alterar estas concessões. Com esta legislação nova, essa capacidade foi totalmente revista e hoje as Câmaras Municipais podem, de facto, criar transportes no município ou com outros municípios e, nesse sentido, achava que este regulamento devia ter algumas alterações no sentido de que um município ou vários municípios possam fazer a sua gestão em alguns aspetos. Já tenho defendido que deveria haver uma carreira diária, em várias horas, entre Oliveira de Frades, Vouzela, Termas de S. Pedro do Sul e S. Pedro do Sul e a todos os aquistas que frequentam as nossas Termas deveria ser oferecido um transporte para cada uma dessas vilas - S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades - para que eles próprios pudessem visitar as nossas terras. Deveria portanto ser uma forma direta de potenciar o desenvolvimento local e a possibilidade, agora legal, de criar algumas carreiras, porque não turísticas, das Termas, S. Pedro do Sul, Sul, Serra, Manhouce e voltar para baixo.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Hoje uma grande parte da população local que não tem viatura própria vê-se obrigada a vir a S. Pedro do Sul ou por táxi, ou então tem que vir nos transportes escolares; não há outro meio de transporte em horas diferentes dos transportes escolares, portanto, era uma forma de rever que esta delegação de competências na CIM Viseu Dão Lafões não seja tão “cega”, que aja. Fica a abertura para que o próprio município possa ter essa capacidade”. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Disse achar que todos concordam com o que disse o Deputado Manuel Casais, mas que há um aspeto fundamental: hoje em dia é preciso que haja rentabilidade para as empresas que fazem os transportes e não havendo cabe muitas vezes aos municípios fazerem as compensações, e essa legalidade às vezes também poderá ser da competência do município, de estar a fazer uma compensação para uma rede de transportes públicos feita por uma empresa privada. Referiu que esta delegação de competências que estão a fazer, assim como todos os municípios da CIM (exceto Viseu por ter uma situação particular por causa da central de camionagem), não é uma delegação “às cegas”, que existe aqui alguma articulação, sendo que o objetivo é a melhoria da rede em parceria. Referiu ainda que “no fundo é para em conjunto trabalharmos na melhoria do licenciamento das redes públicas e é uma forma de termos uma escala maior e termos uma capacidade negocial com as empresas ou com a empresa que faz os transportes. Neste momento, há quase um monopólio e eles fazem quase o que bem entendem, isto é, se querem acabar com uma carreira ou mudar o traçado, muitas vezes a nossa capacidade negocial é reduzida, e se trabalharmos aqui em conjunto com os outros municípios, cada vez mais é o que tem que ser feito, não faz sentido nós estarmos aqui preocupados só connosco, apesar de eu concordar que deve ser melhorada. É importante a delegação de competências na CIM para, em conjunto, trabalharmos nessa melhoria”. Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio José Vasco Paiva Martins (PS): Usou da palavra para informar o Deputado Manuel Casais que não é só em tempo de aulas que nas aldeias existe transporte para S. Pedro do Sul, também existe transporte em tempo de férias, que existe transporte diário das aldeias e que os munícipes só vêm de táxi para a cidade porque querem. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.5 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTE AO 3º TRIMESTRE DE 2016:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu que estão a cumprir a generalidade dos critérios que tinham sido acordados aquando a celebração, que existem algumas situações mais difíceis, nomeadamente a iluminação pública e os gastos com a eletricidade, mas que, tirando isso, tudo está a ser cumprido e, como referiu há pouco, têm por objetivo fazerem uma operação financeira no próximo ano de forma a pagarem o valor em dívida do PAEL.-----

3.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR”:-----

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Informou que esta alteração ao Regulamento vem em consonância com o que é praticado à nossa volta, ou seja, aproximarmos dos valores cobrados pelas Universidades Seniores dos restantes municípios: introduzir uma

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

só propina de 10 euros/mês para que as pessoas possam inscrever-se nas disciplinas que quiserem. Para além disso, referiu que houve entretanto a sugestão de uma aluna, no sentido de se pagar apenas 5 euros/mês para quem frequentasse apenas uma disciplina, tendo o executivo considerado que seria uma boa proposta, tendo feito questão de também acrescentar ao regulamento. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE INERTES”:-----

Vereador Francisco José de Matos: Referiu que, à semelhança do que aconteceu o ano passado com as empresas agrícolas e com as empresas pecuárias, em que foram passadas mais de 100 declarações de interesse público para a legalização dessas empresas, também as outras empresas podem utilizar o mesmo método. Referiu ainda que existem muitas empresas que não estão legalizadas, trazendo problemas para a própria empresa, porque, não estando legalizada, não pode socorrer-se de qualquer apoio oficial, embora este interesse público, só por si, não legalize a empresa, é preciso correr todo o processo, é preciso negociar com a REN, é preciso negociar com as entidades coordenadoras de cada empresa, para assim poderem legalizar as empresas e poderem recorrer aos apoios, quer nacionais, quer europeus. Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD): Relativamente a este assunto, alertou que existem questões ambientais que têm que ser salvaguardadas, pois vivemos num concelho muito vocacionado para o turismo. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Fez a seguinte intervenção: “Nós temos um Concelho potencialmente muito turístico e felizmente começa a haver mais iniciativas, mas ainda deveria haver muito mais, e por isso não é só o privado que tem o dever de participar para esse efeito, para potenciar o turismo e o desenvolvimento local, mas também os organismos públicos. Por vezes, certas indústrias deixam a desejar com a falta de cuidado na apresentação da sua empresa, nomeadamente aquela na entrada para as Termas de S. Pedro do Sul. No anterior mandato, segundo me parece, houve um acordo celebrado com o Sr. João dos Mármore de Várzea, para que aquilo saísse de lá. Ele tem um lote na Zona Industrial de Bordonhos e uma pré-construção da fábrica, e aquilo mantém-se ali. Eu não sou contra que certas indústrias, pequenas ou grandes, estejam instaladas onde for; nós percorremos o centro litoral, desde Lisboa até Guimarães, e verificamos que, de facto, convive muito bem a pequena indústria ou micro indústria ou pequena empresa com a habitação, com a área agrícola, com a área social, mas deve haver o mínimo de cuidado de apresentação, e em alguns casos a própria lei exige que haja cortinas verdes, nomeadamente as explorações mineiras, em que, na sua área envolvente, obrigatoriamente tem que fazer uma cortina verde com árvores, de modo a que a paisagem visual não seja tão negativa. E de facto, quando se corta para as Termas, temos ali uma paisagem visual um bocado feia. Se em tempos já foi dito que estavam a tentar resolver o problema, queria questionar a Câmara Municipal qual é o ponto de situação ou então tentar que, pelo menos exteriormente, o espaço seja vedado para embelezamento daquela área, pois a entrada da nossa casa demonstra quem lá mora. Eu não critico que haja a pequena indústria, seja

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

lá onde for; há empresas e empresários que julgam que pelo facto de ter aquilo tudo à mostra, que atrai mais clientes; eu considero que não. É inaceitável termos ali tantos lotes vendidos na Zona Industrial de Bordonhos e do Alto Barro que não são usufruídos, nem os obrigam a usufruir. Portanto e por isso chamo a atenção para o próximo parque industrial, para que o regulamento seja bem elaborado e preveja essa questão, de que as empresas têm que construir em determinado prazo, senão reverte para a Câmara Municipal”. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse concordar com o que referiu a respeito ao Parque Industrial do Alto Barro, em que existem dezenas de lotes que estão por ocupar no que diz respeito a construção, como também lamenta e não se possa admitir que, em pleno século XXI, todo aquele Parque Industrial não tenha uma ETAR em funcionamento, que tenha simplesmente uma fossa cheia já há muitos anos e que está a descarregar diretamente para o leito do ribeiro que lá existe, e que nada foi feito até hoje, referindo que o atual executivo já fez o lançamento do concurso para construir uma Central Elevatória naquele espaço, por forma a descarregar para a ETAR de S. Pedro do Sul. Vereador Francisco José de Matos: Referiu que o facto de se passar a declaração de interesse público, não legaliza por si a empresa, ajuda sim o empresário a melhorar a sua empresa: a modificar a sua estrutura edificativa e a sua aparência; ou seja, ajuda a encetar o processo para a sua regularização. Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Usou da palavra solicitando que, uma vez que recebeu a boa notícia da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Parque Industrial, seja tomada em conta a sua localização em termos de cota, para que possam vir a receber os afluentes das povoações de Prendedores e Reguengo, uma vez que estão ali muito próximos e que não têm tratamento de águas residuais. Chamou também a atenção para o facto de, logo no início da sua freguesia, a seguir ao lote da Sicor, existir um buraco a céu aberto com alguma dimensão junto à berma da estrada, que prevalece apesar das suas solicitações para ser resolvido, e que também era de bom-tom começar a pensar-se num acesso que saia do Alto Barro em direção as Termas, passando por Baiões, para eventualmente incentivar as entidades a construírem nos seus lotes. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 11 horas, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Srs. Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,